



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU) DINÂMICAS REGIONAIS:
NATUREZA, SOCIEDADE E ENSINO

ROSICLEIA MICHALSKI DA SILVA



**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS: LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE PAULA
FREITAS – PR**

UNIÃO DA VITÓRIA
2024

ROSICLEIA MICHALSKI DA SILVA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS: LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS NO MUNICÍPIO DE PAULA
FREITAS – PR**

TCC apresentado como requisito parcial de nota do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) “Dinâmicas regionais: natureza, sociedade e ensino”, vinculado ao Colegiado do Curso de Geografia da Unespar - Campus de União da Vitória, como parte do processo de avaliação.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Sandra Salete de Camargo Silva
Coorientador: Prof^o Mdo Sávio Bueno

UNIÃO DA VITÓRIA
2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Michalski da Silva, Rosicleia

Transtorno do espectro autista e a educação em direitos humanos: lutas, conquistas e desafios no município de Paula Freitas - PR. / Rosicleia Michalski da Silva. -- União da Vitória-PR, 2024. 53 f.

Orientador: Sandra Salete de Camargo Silva.

Coorientador: Sávio Bueno.

Especialização em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino - Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Lutas, Conquistas e Desafios no Município de Paula Freitas. 3. Direitos Humanos. I - de Camargo Silva, Sandra Salete (orient). II - Bueno, Sávio (coorient). III - Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosicleia Michalski da Silva

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: lutas, conquistas e desafios no município de Paula Freitas – PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Dinâmicas Regionais: natureza, sociedade e ensino apresentado à Universidade Estadual do Paraná - Campus de União da Vitória.

Data da aprovação: 06/02/2024

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



SANDRA SALETE DE CAMARGO SILVA

Data: 16/02/2024 15:50:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandra Salete de Camargo Silva (Orientadora) – Unespar

Viktória Sabbado Menezes (Avaliadora) – Uece/Unespar

Josoel Kovalski (Avaliador) – SEED

Documento assinado digitalmente



JOSOEL KOVALSKI

Data: 06/02/2024 22:29:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



VICTORIA SABBADO MENEZES

Data: 07/02/2024 10:07:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por todas as oportunidades que está colocando em meu caminho.

À Professora Dr. Sandra Salete de Camargo Silva por todas as suas contribuições e exemplar orientação dessa pesquisa.

Ao Professor Mdo. Sávio Bueno, por todas as suas contribuições durante a finalização da pesquisa.

Ao Professor Dr. Josoel Kovalski, por toda a ajuda na correção ortográfica.

À Secretaria Municipal de Educação de Paula Freitas e a todos os profissionais da educação que contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada com sucesso.

À UNESPAR – Campus União da Vitória e a todos os professores do Curso de Dinâmicas Regionais, os quais contribuíram muito para a minha formação, além de incentivar com a realização dessa pesquisa.

À minha família que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida acadêmica.

Ao meu esposo, Luiz Rogério por todo incentivo e ajuda quando precisei.

Aos meus amigos, que são poucos, mas são os melhores que eu posso ter, que sempre estão me incentivando e torcendo pelo meu sucesso.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e a imaginação das crianças, porém, se houver estímulos suficientes, os alunos com TEA podem alcançar ótimos níveis de desenvolvimento e ter uma vida funcional. Contudo, para que isso de fato ocorra, os profissionais que atuam diretamente com esses alunos precisam estar preparados para, assim, identificar as características deles e orientar os pais para investigar se realmente trata-se de um caso de TEA, além de terem conhecimento suficiente para estimulá-los ao aprendizado. Diante do exposto, temos como objetivos dessa pesquisa conceituar o Transtorno do Espectro Autista – TEA no contexto das políticas de inclusão no Brasil; Compreender os efeitos de documentos orientadores e normativos para a garantia da escolarização dos estudantes com TEA; Destacar possibilidades colaborativas no ambiente escolar para a garantia do direito à educação dos estudantes PAEE – Público Alvo da Educação Especial; e Identificar os desafios para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA no município de Paula Freitas – PR. Sendo assim, a problemática da pesquisa busca analisar quais os desafios enfrentados para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA matriculados nas escolas do município de Paula Freitas – PR. A pesquisa traz como principais autores Mayra Gaiato, Miranda e Filho, Cunha, Monte e Santos, Belisário Filho e Cunha, além das Leis que regulamentam o direito à educação dos alunos com TEA, como a Lei Berenice Piana – Lei Nº12.764/12; Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº13.146/15, além da Declaração dos Direitos Humanos. A pesquisa conta com abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico aliada à pesquisa de campo através de questionário. A pesquisa de campo foi realizada com os profissionais da educação das Escolas Municipais do município de Paula Freitas – PR. Como resultados obtivemos como principais desafios encontrados pelos professores da rede de ensino regular do município de Paula Freitas – PR a falta de segundo professor formado, a falta de formação continuada, a demora no processo de avaliação dos alunos em investigação, além da falta de apoio e comunicação com as famílias.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Direitos Humanos. Profissionais da educação inclusiva.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): DESVELADO NO CONTEXTO ATUAL	10
3.	EFEITOS DE DOCUMENTOS ORIENTADORES E NORMATIVOS PARA A GARANTIA DA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM TEA	13
3.1	A criança com transtorno do espectro autista (TEA) como público da educação especial	17
3.2	A importância da observação ativa do (a) professora	18
3.3	Da identificação à adequada mediação pedagógica	22
4.	O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES PEE – PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	25
5.	METODOLOGIA	28
5.1	Tipo de estudo	29
5.2	Participantes do estudo	29
5.2.1	Critérios de inclusão e exclusão dos participantes	30
5.3	Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	30
5.3.1	Questionário	31
5.4	Apresentação e análise dos dados	31
6.	RESULTADOS DA PESQUISA	32
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
9.	APÊNDICE	50

1.INTRODUÇÃO

Se todos temos os mesmos direitos perante a legislação brasileira, conforme os princípios constitucionais e as demais normas que deles decorrem, não sendo permitida qualquer discriminação por raça, cor, religião ou qualquer tipo de deficiência, este estudo justifica-se pela importância de debatermos sobre questões significativas, comparando leis e desvendando os desafios que tantas pessoas enfrentam para que sejam respeitadas e atendidas de maneira digna e humana em seus direitos.

O objeto de estudo aqui apresentado refere-se aos sujeitos de direito, público da educação especial na perspectiva da inclusão, especificamente o atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, também denominados pessoas com TEA. Assim, o TEA apresenta desordens do desenvolvimento neurológico do nascimento ou começo da infância. Encontramos classificações na literatura em que apresenta-se como Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de Alto Funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger (<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>).

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, que consiste numa das referências mundiais de critérios para diagnósticos, consta que as pessoas dentro do espectro podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais). Contudo, dentro de suas dificuldades, cada sujeito apresenta intensidades próprias, situações peculiares. Para Gaiato (2018, p.21), “isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das pessoas acometidas por ele.” Porém, o espectro é bem complexo e demanda muito estudo e conhecimento para identificá-lo e

diagnosticá-lo, pois cada pessoa pode apresentar sintomas e/ou características distintas para com ele.

Diante dos vários níveis e dificuldades que os alunos com Transtorno do Espectro Autista apresentam, a maioria das vezes fez-se necessário o apoio, de maneira geral, para que esses alunos conseguissem desenvolver suas potencialidades e necessidades impreterivelmente nas questões educacionais. No Brasil, a luta pela conquista dos direitos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista pelas escolas e pela família muitas vezes foi árdua e remeteu a uma longa e tortuosa caminhada. Diante disso, justifica-se a necessidade dessa pesquisa para que possamos entender o porquê da demora em atender às necessidades desses alunos, os quais já se encontram respaldados pelas leis.

Além disso, a busca pela realização dessa pesquisa deu-se pela necessidade de conhecer mais sobre o Transtorno do Espectro Autista, instigados tanto pela vida pessoal quanto a profissional, pois convivemos com um afilhado autista, no qual desde pequeno começamos a observar suas características. Além de, como professora, sentirmos essa necessidade, pois ministramos aulas a dois alunos autistas, um já com laudo, outro laudado através das nossas observações e encaminhamentos. Motivos pelos quais buscamos também a contribuição tanto para o sistema educacional quanto para as famílias dos alunos com Transtorno do Espectro Autista do município de Paula Freitas, recorte espacial dessa pesquisa.

Como questão problematizadora dessa pesquisa perguntamos: quais os desafios enfrentados para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA? Focamos nosso questionamento acerca das práticas docentes referentes ao processo de inclusão dos estudantes matriculados nas escolas do município de Paula Freitas – PR. Como objetivo geral, buscamos analisar no contexto das políticas de inclusão no Brasil o processo de escolarização dos estudantes do Ensino Fundamental I com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista do município de Paula Freitas – PR. Especificamente, visamos (a) conceituar o Transtorno do Espectro Autista – TEA no contexto das políticas de inclusão no Brasil; (b) compreender os efeitos de documentos orientadores e normativos para a garantia da escolarização dos estudantes com TEA; (c) destacar propostas de planejamento colaborativo no ambiente escolar como possibilidade de escuta e participação para a garantia do direito à educação dos estudantes PEE –

Público da Educação Especial; (d) identificar possibilidades e desafios vivenciados pelos docentes para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA no município de Paula Freitas – PR.

Diante da temática a ser pesquisada inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos para que pudéssemos entender o que é o Transtorno do Espectro Autista, além de uma análise na Declaração dos Direitos Humanos, nas Leis Berenice Piana – Lei Nº12.764/12 e na Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº13.146/15 que são as principais leis brasileiras a regulamentar os direitos dos alunos com TEA no âmbito educacional brasileiro. Também foi feito um levantamento sobre os desafios enfrentados na escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na perspectiva da inclusão escolar.

Com base na pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo, com coleta de dados na cidade de Paula Freitas – PR, através de questionários com professores das escolas municipais para analisar quais eram os desafios enfrentados por esses profissionais quando se deparavam com um aluno com laudo de TEA em sua sala de aula, qual o seu preparo para trabalhar com esses alunos e o que foi ofertado de capacitação pelo município para que os professores tivessem uma melhor segurança dentro de sala de aula. Esse questionário também visou identificar como deu-se o processo de inclusão desses alunos e o processo de participação na rede regular de ensino do município de Paula Freitas.

A coleta envolveu a participação dos professores de duas instituições de ensino, permitindo analisarmos quais procedimentos estão sendo tomados para conquistar a garantia dos direitos educacionais desses alunos, se eles estão sendo realmente cumpridos e quais os desafios enfrentados pela instituição no decorrer de todo esse processo.

Os questionários foram distribuídos no formato de formulários impressos (físicos) para os professores das duas escolas centrais do Ensino Fundamental I da rede municipal de educação do município de Paula Freitas. Os dados foram organizados e analisados por meio de categorização de conteúdos de maneira dialética. E os resultados cotejados com a fundamentação teórica e metodológica que respalda a pesquisa.

Nosso trabalho final subdivide-se em quatro (4) seções e as considerações finais. Na primeira seção, conceituaremos o Transtorno do Espectro do Autismo

(TEA) e a evolução dos direitos e garantias dos sujeitos de direito do espectro, considerando a trajetória das políticas de inclusão no Brasil. Na segunda seção, buscamos a compreensão dos efeitos causados pela publicação de documentos orientadores e normativos com ênfase nas Leis: Berenice Piana – Lei Nº12.764/12 e na Lei Brasileira de Inclusão – Lei Nº13.146/15 que são as principais leis brasileiras reguladoras dos direitos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e que possibilitaram a luta pela garantia da escolarização dos estudantes com TEA. A terceira seção destaca algumas das propostas de trabalhos articulados e colaborativos no ambiente escolar para a garantia do direito à educação dos estudantes públicos da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Na quarta seção, por meio da pesquisa de campo e à luz do referencial teórico e metodológico, identificamos alguns dos muitos desafios para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com TEA com aproximações com a realidade concreta pelo olhar dos professores do município de Paula Freitas – PR. Assim, no intuito de compreender as lutas e garantias conquistadas pelo sujeito de direito do TEA em relação à acessibilidade, escolarização e independência, precisamos contextualizar a trajetória da efetivação das políticas de inclusão no Brasil.

2. O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): DESVELADO NO CONTEXTO ATUAL

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) vem ganhando cada vez mais espaço entre as pesquisas e discussões contemporâneas no Brasil, principalmente quando o assunto se refere à Educação Inclusiva. Porém, para falarmos sobre a inclusão e o TEA, precisamos primeiro entendê-los e quais são as necessidades dessas pessoas.

O TEA consiste numa condição neurológica que afeta três áreas do desenvolvimento, sendo elas a socialização, a comunicação e a imaginação das crianças e/ou pessoas com esse transtorno. Monte e Santos (2004, p.14) afirmam que:

O autismo, na verdade, refere-se a um conjunto de características que podem ser encontradas em pessoas afetadas dentro de uma gama de possibilidades que abrange desde distúrbios sociais leves sem deficiência mental até a deficiência mental severa.

O termo Autismo vem sendo utilizado desde a década de 1990, porém, mais recentemente ele está ganhando espaço e sendo realmente estudado e compreendido. De acordo com Belisário Filho e Cunha (2010, p.8), “O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Bleuler, para designar a perda de contato com a realidade e conseqüente dificuldade ou impossibilidade de comunicação”, portanto, acreditava-se que as pessoas com TEA viviam em um mundo só deles, diferente da realidade.

Por muito tempo os pais eram considerados os principais responsáveis pelo comportamento autista de seu filho. Belisário Filho e Cunha (2010 p.11) enfatizam que “Até a década de 60, o autismo foi considerado um transtorno emocional, causado pela incapacidade de mães e/ou pais de oferecer o afeto necessário durante a criação dos filhos.” Porém, nem todos os filhos que têm pais ausentes possuem as mesmas características e/ou comportamentos autistas, assim como acontece o contrário, ou seja, de o filho apresentar comportamento autista tendo os pais mais dedicados e atenciosos possíveis.

As pessoas com TEA apresentam dificuldades de diagnósticos, pois não apresentam características físicas diferentes e/ou dependendo do nível de desenvolvimento até mesmo os comportamentos autistas podem passar

despercebidos, o que leva a um diagnóstico tardio e muitas vezes atrapalha o pleno desenvolvimento da criança. Monte e Santos (2004, p.39) salientam que “[...] o autismo funciona como se fosse uma cultura diferente, já que afeta no indivíduo a forma como ele come, como se veste, ocupa seus momentos de lazer, se comunica, etc.”

Além disso, as características do TEA envolvem comportamentos diferentes, porém cada indivíduo poderá ter ou não algumas delas, o que pode tornar o diagnóstico ainda mais complexo ou passar despercebido pelas pessoas que convivem com ela, achando que tais comportamentos são naturais daquela pessoa e/ou criança. Gaiato (2018, p. 22) afirma que:

O próprio nome - Transtorno do Espectro do Autismo - já nos dá uma ideia de amplitude e variedade. Assim como o espectro da cor é uma decomposição da cor branca, o do autismo também passa por uma variedade de sintomas nas áreas da comunicação social e de interesses restritos e estereotipados.

Assim sendo, o comportamento e neurodesenvolvimento dessas pessoas, dependendo do nível de comprometimento pode ser difícil de ser diagnosticado. Todavia, mesmo apresentando comportamentos leves, a criança com o TEA precisa de um melhor acompanhamento para que seu desenvolvimento não seja prejudicado. Sobre isso Monte e Santos (2004, p.18) afirmam que:

As dificuldades da tríade (comunicação, interação social e uso da imaginação) fazem com que as relações de causa e consequência não se estabeleçam, ou o façam de uma forma muito demorada ou ineficiente. Por isso, essas crianças necessitam de ferramentas de apoio para desenvolver essas relações de causa e consequência, levando-se sempre em conta, é claro, suas potencialidades.

De acordo com a classificação clínica, a partir do DSM-5 (<https://institutoinclusaobrasil.com.br/dsm-5-tr-e-cid-11-diagnostico-de-transtorno-do-espectro-autista/>):

O Autismo passa a ser chamado de Transtorno do Espectro do Autismo, classificado como um dos Transtorno do Neurodesenvolvimento, caracterizado pelas dificuldades de comunicação e interação social e também os comportamentos restritos e repetitivos.

A partir do DSM-5 o Autismo passa por diferentes classificações quanto ao seu nível de comprometimento, podendo o mesmo ser categorizado como nível leve, moderado ou grave, considerando também as suas habilidades e capacidades cognitivas e intelectuais.

Para cada diagnóstico de TEA precisamos identificar o apoio necessário e assim acompanhado detectar pedagogicamente as habilidades impressionantes que esses sujeitos podem desenvolver por mediações pedagógicas e interações adequadas com o meio social.

3. EFEITOS DE DOCUMENTOS ORIENTADORES E NORMATIVOS PARA A GARANTIA DA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM TEA

Em meio à luta pela Educação Inclusiva em nosso país, os profissionais da educação podem auxiliar no encaminhamento para diagnósticos mais precisos, e concomitantemente implementar práticas exitosas e articuladas dentro da escola para contribuir no processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

O processo de Educação Inclusiva necessita de maior qualidade no conhecimento específico em relação ao seu público, cada vez mais heterogêneo. Miranda e Galvão Filho (2012, p.33) afirmam que “A inclusão é um processo complexo e esta complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada”. Nesse sentido, Cunha (2020, p.35) destaca que “o conceito de inclusão pressupõe que as práticas, os espaços e os modelos de ensino se adaptem ao aprendente”. O professor precisa conhecer as suas peculiaridades, as reais necessidades de seus estudantes para que, assim, consigam atingir o seu processo de desenvolvimento, dentro de suas limitações.

A Educação Inclusiva traz muitos debates e questionamentos, e não seria diferente em se tratando do TEA. A Constituição de 1988 já traz no art. 205 que:

A educação, **direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir da Constituição de 1988 foram criadas inúmeras leis e documentos norteadores. Tais movimentos de direitos tornam-se Direitos Humanos quando documentos nacionais reproduzem pensamentos e garantias internacionais, os quais se regem por uma educação de qualidade para todos e a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, sendo o principal deles a Declaração de Jomtien, também conhecida como Declaração Mundial de Educação para todos, realizada em 1990 na cidade de Jomtien, na Tailândia.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, traz em seu art. 3 que:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e

qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do processo inclusivo (Unesco, 1990, online).

Ainda em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa a proteção dos mesmos além da garantia dos seus direitos, os quais são de responsabilidade da família e do Estado, sendo um deles a educação de qualidade e a permanência dos alunos na escola. O Art. 53 destaca que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1990, s/p).

Apesar da Constituição de 1988 e a Declaração Mundial de Educação para Todos abrangerem os alunos de educação especial, abordando que a educação é direito de todos, a educação especial teve ainda mais destaque com a Declaração de Salamanca, que ocorreu no ano de 1994, na Espanha. Esse é o documento mais importante referente à inclusão das crianças com deficiência no ambiente escolar regular e ele traz em seus escritos que:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (BRASIL, 1996, s/p).

A Declaração de Salamanca descreve que todas as crianças são capazes de aprender, cada uma do seu jeito e com as suas particularidades, e que é preciso que a escola se adeque à cada criança para que desperte nela as suas capacidades educativas.

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual vem para alterar a Constituição de 1988, afirmando que a garantia da educação é “dever da família e do Estado” e vinculando a “igualdade de condições para acesso e permanência” do aluno no ambiente escolar. Sobre a Educação Especial e Inclusiva, a Lei regulamenta em seu Art. 4º que é dever do Estado o:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996, s/p).

A partir da LDB 9394/96 a luta pela inclusão escolar resultou em conquistas em direitos às pessoas com especificidades na escola, porém, de maneira muito lenta em relação ao que está disposto nas leis e documentos normativos, o que traz inúmeros desafios tanto para as escolas, como para pais e alunos com deficiências.

Recentemente, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) está conquistando espaço e sendo discutido na sociedade e nas escolas. Contudo, não é uma característica humana que surgiu há pouco tempo, ela vem sendo discutida há muitos anos, quando ainda pouco se sabia sobre o TEA e suas particularidades.

A palavra Autismo vem sendo cada vez mais utilizada tanto no ambiente escolar como na sociedade em geral, porém, essa palavra foi utilizada há anos e agora está começando a ganhar importância em nosso meio. Diaz, Bordas, Galvão Filho e Miranda (2009) destacam que:

A palavra autismo surgiu nas descrições da esquizofrenia, em 1908, cunhada por Eugene Bleuler, em correspondência com Freud. Em 1943, dois médicos austríacos, Leo Kanner e Hans Asperger, o primeiro morando nos Estados Unidos, o segundo, na Áustria, a usaram para descrever o mesmo padrão de comportamento: crianças e jovens que se mantinham alheios às pessoas à sua volta, demonstravam interesse fixo em assuntos restritos, linguagem mecânica, quando falavam, tendência à rotina e à mesmice. (p. 225)

O Transtorno do Espectro Autista tem características peculiares, mas distintas em cada indivíduo, e que pode confundir com outros transtornos globais do desenvolvimento, como a síndrome de Asperger, síndrome de Kanner e a síndrome de Rett, por ter algumas características semelhantes, o que torna o estudo sobre o autismo ainda mais complexo.

Segundo Monte e Santos (2004):

O autismo, na verdade, refere-se a um conjunto de características que podem ser encontradas em pessoas afetadas dentro de uma gama de possibilidades que abrange desde distúrbios sociais leves sem deficiência mental até a deficiência mental severa. (p. 14)

A psicóloga Mayra Gaiato em seu livro *S.O.S. AUTISMO: Guia Completo para Entender o Transtorno do Espectro Autista* descreve o autismo de uma forma bastante significativa, não somente para os profissionais da saúde, mas também para pais e professores de crianças com TEA. Segundo a autora:

O TEA, ou simplesmente autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das

peças acometidas por ele. É uma condição complexa, e muitos fatores contribuem para o risco. (GAIATO, 2018, p. 21)

Mesmo com tantas diferenças, limitações e peculiaridades, os alunos com TEA, dependendo da quantidade de estímulos que estão recebendo, são capazes de aprender e desenvolver muitas habilidades das quais, por vezes, outras crianças não conseguem. Assim, Cunha (2020) afirma que:

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma maneira singular de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode promover grandes descobertas e conquistas. (p.124)

A luta pelos direitos das pessoas com TEA vem ganhando cada vez mais efeito a partir da conquista de Berenice Piana, mãe de um autista, que lutou pelos direitos de seu filho, o que resultou na promulgação da Lei nº12.764 de 27 de dezembro de 2012, que leva seu nome, e que no Art. 1º, § 2º a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Para tanto, as leis e documentos norteadores são apenas parte de um processo que precisa de muito mais para ser cumprido. A real efetivação da inclusão das pessoas com TEA nas escolas regulares requer muito mais do que apenas documentos escritos, mas também de ações dos envolvidos – família, governo, profissionais da educação – de acordo com a necessidade de cada aluno.

Os documentos normativos e orientadores nos deixam claro que as crianças com Transtorno do Espectro Autista são público-alvo da educação especial, fazendo-se necessária a inclusão dessas crianças na educação básica, assim como um atendimento especializado para que desse modo consigam atingir um melhor desenvolvimento tanto na vida acadêmica, como em sua vida social.

A LDB 9394/96, em seu Art. 58, peremptoriamente enfatiza e corrobora essa determinação, a saber:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996, s/p).

Desse modo, a partir dos documentos normativos e orientadores aqui apresentados, evidencia-se necessária a implantação dessas ações através do Estado, para que os alunos com Transtorno do Espectro Autista sejam realmente

atendidos de maneira adequada, possibilitando, assim o seu pleno desenvolvimento através de uma educação inclusiva e de qualidade.

3.1 A criança com transtorno do espectro autista (TEA) como público da educação especial

A pesquisa apresenta discussões acerca das crianças com TEA e a necessária estimulação e aprendizagem desde os primeiros indícios de diferenciações no desenvolvimento e por todos que convivem com a criança, a começar pela família, professores e todos os profissionais que a criança vai necessitar ao longo do seu desenvolvimento.

Para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma significativa na vida da criança com TEA, o diagnóstico precoce é de suma importância, pois quanto antes a criança for diagnosticada, antes poderá iniciar as estimulações necessárias para que ela consiga ter uma vida funcional na sociedade. Por isso, pais e professores devem ficar atentos aos pequenos sinais que a criança demonstra ainda quando bebê (CUNHA, 2020).

A partir do diagnóstico precoce, a escola poderá adequar-se de acordo com a necessidade de cada educando, podendo assim trabalhar e estimular em conformidade com as suas particularidades, levando o aluno a conquistar seus objetivos e desenvolver as suas potencialidades. Pois, como salienta Cruz, (2014, p. 78):

A instituição escolar deve funcionar como um meio motivador ao indivíduo, levando-o a desejar e conquistar novos objetivos e ideais, abrindo espaços para desenvolver-se psicologicamente, emocionalmente e socialmente em todas as áreas de sua vida.

Para que os alunos com TEA se desenvolvam de maneira adequada é de extrema importância a efetivação dos documentos norteadores e orientadores. As leis, normas e orientações devem sair do papel e serem realmente efetivadas, tornando, assim, facilitadora tanto do aprendizado dos educandos, como do desempenho dos profissionais da educação que estão diretamente ligados com esses alunos.

Toda instituição de ensino deveria estar diariamente preparada para acolher alunos com as mais diferentes especificidades, além de terem professores

preparados para atendê-los, porém, não é isso que acontece. Na maioria dos casos, a escola só busca adequar-se às necessidades dos alunos, quando a mesma recebe um aluno com tal especificidade (Cruz, 2014, p. 100).

Conforme supramencionado, a década de 1990 foi considerada um marco histórico para as crianças com deficiência, quando foram as crianças com TEA respaldadas pelas leis e documentos orientadores, os quais determinam que as crianças com deficiência devem, impreterivelmente, serem atendidas nas salas de aulas do ensino regular. Para tanto, as escolas já deveriam estar preparadas para receber os alunos com as mais diferentes características. Portanto, como salienta Miranda e Galvão Filho (2012, p. 35):

Nos tempos atuais, construir uma escola numa perspectiva inclusiva - que atenda adequadamente a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem - é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais.

O que nos evidencia a permanente busca nas adequações das instituições de ensino, no seu espaço físico, nos materiais didáticos e pedagógicos adequados a todos os alunos em nossas escolas. Mas, deveras, o mais importante que as adequações físicas, a implementação mais significativa a ser realizada é a capacitação dos professores, pois de nada adianta termos um espaço físico adaptado, com excelentes materiais didáticos e pedagógicos se os profissionais que atuam com as mais diferentes crianças não tiverem conhecimento adequado para desenvolver um trabalho de qualidade que atinja todos os alunos, independentemente de suas especificidades.

Para Miranda e Galvão Filho (2012, p. 140):

Diante disso, entende-se que não basta garantir o acesso desses estudantes à escola regular, é necessário o apoio ao docente para que esta inclusão aconteça garantindo-se a equidade no atendimento pedagógico. Isso requer uma formação docente que envolva, para além do respeito, a compreensão da diversidade.

Nessa linha de argumentação, faz-se necessário que entendamos as características do autismo dentro de uma conjuntura contextualizada com a função do professor na contemporaneidade.

3.2 A importância da observação ativa do (a) professor (a)

A observação do professor é de fundamental importância no diagnóstico precoce das crianças, pois é nos espaços escolares que muitas vezes conseguimos identificar as características do TEA em nossos alunos, que por vezes passam despercebidas pela família, às vezes pela negação ou por acharem que aquele é o “jeitinho” da criança.

É na escola que na maioria das vezes as crianças passam a maior parte do tempo e, segundo Cunha (2020, p.23) “O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação”. É a partir do diagnóstico que poderemos estimular nossos alunos de forma adequada, ajudando assim tanto na sua educação e formação acadêmica, como para que eles consigam ter uma vida funcional no futuro.

Para Cunha (2020, p. 55), “O exercício de um bom professor começa pela observação. E, para observar, é preciso saber o que observar. E para saber o que observar, é preciso formação”. Por isso, precisamos ter em nossas escolas professores capacitados e formados para tal situação, pois hoje cada vez mais cabe à escola a identificação dos primeiros sintomas e/ou características em nossos alunos.

Além da identificação dos primeiros sintomas e/ou características para assim conseguir um diagnóstico precoce, a formação constante do professor também se faz necessária para saber como incluir esse aluno em sua classe, pois não basta o aluno só estar inserido na classe comum, ele precisa estar realmente incluído e participar efetivamente de todas as atividades propostas pelo professor. Para Miranda e Galvão Filho (2012):

A formação permanente, pois, é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar. (p. 33)

Para que o professor saiba o que observar ele precisa primeiramente conhecer as principais características do Transtorno do Espectro Autista. Monte e Santos (2004, p. 16) ensinam que as crianças com TEA são afetadas pela tríade de comprometimentos sendo elas a comunicação, interação social e uso da imaginação, o que acaba afetando a relação da criança tanto com outras crianças, como com adultos e com os objetos.

Ressaltamos que, dentre as singularidades que são observadas na criança é em relação ao desenvolvimento da linguagem, assim seu atraso ou o uso não funcional da mesma pode ser indício de especificidades no seu desenvolvimento global. Essas crianças podem desenvolver a fala, contudo apresentam de maneira mecânica e/ou repetitiva chamadas de ecolalias, quando a criança repete determinadas frases ou palavras que ouviu recentemente ou até trechos de falas de personagens de filmes e desenhos.

Por vezes, algumas crianças iniciam o desenvolvimento da linguagem de maneira normal, porém, em determinado período simplesmente param de se comunicar, tanto verbalmente como com gestos e acenos. Belisário Filho e Cunha, (2010), destacam que:

Pode haver atraso ou falta total de desenvolvimento da linguagem falada. Naqueles que chegam a falar, pode existir prejuízo na capacidade de iniciar ou manter uma conversação, uso estereotipado e repetitivo da linguagem ou uma linguagem idiossincrática (uso peculiar de palavras ou frases não possibilitando entender o significado do que está sendo dito) (p.15).

Para Gaiato (2018, p.163) o atraso na comunicação é o principal motivo pelo qual os professores e os pais buscam por acompanhamento profissional da saúde.

Outro motivo comum de encaminhamentos preliminares de crianças para avaliação do TEA são as estereotípias, que nada mais são do que o movimento repetitivo do corpo ou dos braços e mãos, além de obsessão por movimentos repetitivos, como o girar da roda de um carrinho. Belisário Filho e Cunha (2010) ressaltam que:

Os movimentos corporais estereotipados envolvem mãos (bater palmas, estalar os dedos), ou todo o corpo (balançar-se, inclinar-se abruptamente ou oscilar o corpo), além de anormalidades de postura (ex.: caminhar na ponta dos pés, movimentos estranhos das mãos e posturas corporais). (p.15)

Segundo a tríade de comprometimento, outro ponto a ser observado na criança para se conseguir o diagnóstico precoce é a sua interação social. Crianças com autismo dificilmente interagem com outras crianças e adultos, e se relacionam de maneira diferente com brinquedos e objetos. Essas crianças têm grande dificuldade em focar o olhar nos olhos de outras pessoas, característica essa que pode ser percebida pela mãe ao amamentar seu filho, o qual não responde aos olhares e carinho da mãe. Belisário Filho e Cunha (2010) enfatizam que:

Os prejuízos na interação social são amplos, podendo haver também prejuízos nos comportamentos não verbais (contato visual direto, expressão

facial, gestos corporais) que regulam a interação social. As crianças com autismo podem ignorar outras crianças e não compreender as necessidades delas. (p.15)

Gaiato (2018), alerta que:

Crianças com autismo podem demonstrar essa dificuldade desde pequenas, nas brincadeiras. Podem não gostar quando mexemos em um alinhamento que fez com seus carrinhos ou da ideia que levamos para a brincadeira com elas. Quando isso acontece, podem ter comportamentos disruptivos ou se isolarem mais, para poder fazer do jeito delas. (p. 70)

Além dessas características, o Transtorno do Espectro Autista apresenta ainda inúmeras outras diferentes em cada criança, por isso o professor precisa estar com o olhar atento e se manter atualizado para que consiga identificar essas características o quanto antes e, assim, possa estimular essa criança dentro de suas peculiaridades. Gaiato (2018, p. 117), destaca que professores e outros “profissionais que cuidam de crianças de pouca idade precisam de informações para identificar sinais e sintomas precoces, pois quanto mais precoce a intervenção, mais efetiva.”

Após conhecermos um pouco das características do Transtorno do Espectro Autista e sabermos da importância da observação do professor e do encaminhamento responsável por parte da escola em colaboração com a família para avaliação diagnóstica por um profissional da saúde qualificado para auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com TEA, na próxima seção daremos ênfase às leis que defendem os direitos dos alunos com TEA e como elas podem auxiliar os alunos em seu desenvolvimento educacional e inclusivo.

Na legislação vigente como mencionado em seção anterior, após o laudo diagnóstico do TEA os alunos tornam-se sujeitos de direito da educação especial com direitos a atendimento específico. No Estado do Paraná, os documentos normativos e orientadores encaminham para atendimentos educacionais aos seguintes serviços de apoio aos estudantes com Transtornos Globais de Desenvolvimento no Ensino Regular:

Professor de Apoio Educacional Especializado/PAEE: É um professor especializado que atua no contexto escolar, nos estabelecimentos da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, no turno de matrícula do estudante, como apoio na mediação do processo ensino e aprendizagem (Instrução 001/2016). A Instrução Normativa Nº01/2016 trata dos critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos

estudantes com Transtorno do Espectro Autista-TEA, com comprovada necessidade, por meio de Estudo de Caso, relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, ou seja, não é somente o diagnóstico que define a necessidade ou não do atendimento. A frequência do estudante na instituição escolar de ensino não deverá estar vinculada à presença do PAEE, sendo que, esse atendimento não é substitutivo à escolarização ou ainda a frequência na Sala de Recursos Multifuncionais (SEED, online).

E o documento complementa:

Sala de Recursos Multifuncionais: Atendimento Educacional Especializado de apoio complementar, que funciona em período contrário àquele em que o estudante está matriculado, de natureza pedagógica aos estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino (Instrução nº. 09/18) (SEED, online).

Dessa forma, atendidos nas suas especificidades os alunos com TEA participam com as mesmas condições do processo educacional com os direitos respeitados e garantidos pelas instituições de ensino, pelo Estado e por toda a sociedade para que consiga se desenvolver adequadamente e ter uma vida funcional na sociedade e uma melhor qualidade de vida.

3.3 Da identificação à adequada mediação pedagógica

Ao depararmos com os alunos, dentro de sala de aula, precisamos observá-los da melhor forma possível para que consigamos identificar algumas características atípicas. Mas para saber o que observar precisamos primeiro buscar conhecimento sobre o TEA.

Para isso, precisamos entender que há vários níveis que diferenciam cada criança conforme seu grau de desenvolvimento e nível de intervenção, os quais serão de extrema importância para que os profissionais, atuantes em sala de aula, consigam identificar as características do TEA em seus alunos e encaminhá-los o quanto antes para as avaliações e acompanhamentos necessários para o seu pleno desenvolvimento.

A definição dos níveis do autismo está descrita no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5 criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) que teve sua última versão atualizada em 2013. Segundo Gaiato

(2018, p.45) “na nova versão, o DSM V divide o TEA em nível 1, 2 ou 3, com base nos níveis de apoio e de intervenção que a pessoa com autismo precisa receber”.

Os autistas que estão no Nível 1 são mais difíceis de serem identificados, pois os sintomas são quase que imperceptíveis e em muitos casos só são diagnosticados na vida adulta. As crianças nesse nível conseguem desenvolver a fala, porém sentem um pouco de dificuldade em manter a comunicação e o contato visual por muito tempo, preferindo fazer atividades que não precisem de muita interação social. Gaiato (2018) esclarece que no nível 1:

Encontram-se [...] as crianças que têm os sintomas de TEA, mas que precisam de pouco auxílio, pouca intervenção terapêutica para realizar as atividades da vida, pois conseguem aprender e usar os recursos das orientações que recebem na maioria das vezes. As pessoas que estão nesse nível, muitas vezes, falam, mas têm dificuldade em iniciar e manter uma interação com as outras pessoas. Podem apresentar pouco interesse em fazer isso, e seus interesses restritos e padrões repetitivos de comportamento podem atrapalhar essas relações. Precisam de pouco tratamento para serem funcionais na vida. Apresentam dificuldade em flexibilidade mental e mudanças de rotina. (p. 46)

Os autistas que estão no Nível 2 têm características mais perceptíveis e atrasos mais significativos, tanto no desenvolvimento da fala como na interação social, contato visual e aprendizagem. Crianças nesse nível precisam de mais intervenções e estímulos para conseguirem se desenvolver e ter uma vida funcional. Gaiato (2018) explica que:

Pessoas que estão no nível II do Transtorno do Espectro do Autismo precisam de mais apoio e intervenção terapêutica. Os déficits na interação social são os mais acentuados, e apresentam dificuldade de se relacionar adequadamente com outras pessoas, mesmo com mediação e muito suporte terapêutico.

Os comportamentos restritos e repetitivos são óbvios para as outras pessoas e interferem no seu contato social em diversos contextos. Não gostam de ser interrompidos nos seus rituais e costumam ficar alterados quando isso ocorre. (p. 47)

Já os autistas que estão no Nível 3 apresentam dificuldades severas em todos os aspectos do TEA. Mesmo com terapias intensivas e muito estímulo dificilmente essas crianças terão alguma autonomia durante sua vida. A comunicação dessas crianças é mínima e em alguns casos nem desenvolvem a fala, costumam se manter isoladas e não manter contato com outras pessoas. Segundo Gaiato (2018):

As pessoas que se encontram nesse nível precisam de apoio intenso. Têm déficit intenso em comunicação verbal e não-verbal, e a interação com os

outros é muito limitada e difícil de ocorrer. Os comportamentos restritos e repetitivos interferem em todos os contextos em sua vida, mesmo recebendo muito tratamento. Os sintomas dessas crianças apresentam maior gravidade. (p. 48)

A partir do entendimento sobre os níveis do TEA, os profissionais conseguem melhor identificar os possíveis sinais do Transtorno do Espectro Autista em seus alunos, e junto com toda a equipe auxiliar no processo de avaliação e concomitantemente, no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, lutando assim, pela garantia dos seus direitos. Os alunos com TEA precisam ter os direitos respeitados e garantidos pelas instituições de ensino, pelo Estado e por toda a sociedade para que consiga se desenvolver adequadamente e ter uma vida funcional na sociedade e uma melhor qualidade de vida.

4. O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES PEE – PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inserção da educação inclusiva em nossas escolas ainda apresenta grandes desafios, principalmente para os profissionais da educação. O preparo desses profissionais para atender às crianças com deficiência ou qualquer tipo de transtorno ainda é muito precário. Diante dessa lacuna, os profissionais de educação especial se fazem extremamente importantes para a efetivação de uma educação de qualidade para todos os alunos, independente das suas limitações.

Como já vimos anteriormente, é direito de todos os alunos, independentemente de sua deficiência estar inseridos no ensino regular e ter uma educação de qualidade como todos os demais alunos. A inserção desses alunos no ensino regular é de suma importância, tanto para a socialização com a sociedade, como para o seu desenvolvimento intelectual, pois, como salienta Capellini e Zerbato (2022):

Há mais possibilidade de desenvolvimento quando os indivíduos podem ter uma diversidade de modelos, do que quando convivem somente com seus iguais, sendo o ambiente escolar o espaço privilegiado para contribuir com tal desenvolvimento. (p. 19)

Porém, para garantir tal desenvolvimento, os alunos precisam ser estimulados de maneira adequada, tendo o apoio necessário para adquirir tal progresso. Portanto, os professores precisam trabalhar em conjunto para que assim consigam, juntos, atingir os objetivos necessários para o desenvolvimento desses alunos. O Ensino Colaborativo é uma das formas mais eficazes para construir o aprendizado dos alunos com TEA. Santos, Makishima e Silva (2015), afirmam que:

O trabalho colaborativo consiste em uma estratégia pedagógica em que o professor especialista na Educação Especial e os professores das disciplinas planejam de forma articulada procedimentos de ensino para atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes público alvo da educação especial. (p. 312)

Diante da necessidade de um apoio mais especializado, os professores do ensino regular sentir-se-iam muito mais seguros se o professor da Educação Especial se fizesse presente em todos os momentos durante a realização do seu trabalho dentro de sala de aula do ensino regular. Por apresentarem mais conhecimento sobre o assunto, os professores da Educação Especial devem atuar

como apoio aos professores do ensino regular independente da disciplina que o professor atua, visando assim melhor desenvolvimento aos alunos no contexto do ensino comum. (SANTOS; MAKISHIMA; SILVA, 2015)

A precariedade de formação sobre o ensino inclusivo tanto na formação inicial como na formação continuada ou em serviço traz inúmeros desafios para o professor do ensino regular, o qual muitas vezes se sente desmotivado e até mesmo incapaz de trabalhar com alunos com deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento. Por isso, o professor da Educação Inclusiva se torna um grande apoio para o professor do ensino regular. Segundo Capellini e Zerbato (2022):

A construção de um trabalho de parceria com o professor especialista poderia minimizar essa dificuldade, apresentada pelos professores do ensino comum, visto que o trabalho em conjunto possibilitaria o aprendizado de novas práticas para o acesso de todos ao conhecimento. (p. 29)

Com o trabalho colaborativo entre o professor do Ensino Comum e o professor de Educação Especial, além da melhora no ensino e aprendizagem dos alunos com TEA, também facilitaria o trabalho do professor de ensino regular, já que, com essa parceria, poderia haver trocas significativas de experiências e práticas de trabalho, beneficiando tanto os professores, quanto os alunos. Por isso, Capellini e Zerbato (2022) comentam que o professor do Ensino Comum é o protagonista no processo de ensino e aprendizagem do aluno e, o professor da Educação Especial é o responsável em desenvolver estratégias para auxiliá-lo, por isso, ambos são fundamentais para o desenvolvimento do educando.

Porém, nem sempre o ensino colaborativo efetiva-se dentro de nossas escolas devido à falta de diálogo entre os professores do ensino regular e o professor da Educação Especial. Essa troca de experiências e apoio deveria ser constante para o pleno desenvolvimento dos alunos com TEA. Diante disso, Capellini e Zerbato (2022) afirmam que:

Os professores necessitam de um tempo, de preferência diário, para planejarem, compartilharem e discutirem ideias, principalmente se o professor de Educação Especial não fica o tempo todo em sala de aula com o professor do ensino comum. O momento de planejamento comum permite ao professor de Educação Especial saber como está o andamento do trabalho em sala de aula, quando esse não está presente, e lhe dá a oportunidade de sugerir adaptações e estratégias para o ensino dos alunos do PAEE. (p. 51)

Porém, dificilmente esse trabalho é efetivado, muitas vezes pela falta de tempo, ou por que o professor de Educação Especial trabalha em turno diferente do professor do ensino regular, o que acaba dificultando ainda mais nessa troca de experiência e apoio. Com o intuito de desvelar tais hipóteses, faz-se necessário identificar alguns dos desafios para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA no município de Paula Freitas – PR.

Destacamos que para alcançar este objetivo específico, os professores configuram como segmentos garantidores da educação em direitos humanos no âmbito educacional por meio da gestão da sala de aula. Dessa forma, a partir da teoria apresentada, na seguinte seção apresentaremos as metodologias que foram utilizadas e aplicadas na pesquisa de campo, para dar vez e voz aos professores, a qual será de suma importância para identificarmos quais são os desafios encontrados para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA no município de Paula Freitas - PR.

5. METODOLOGIA

A pesquisa, em primeiro momento, foi realizada a partir da exploração da fundamentação teórica acerca da temática por meio de livros, artigos científicos, revistas científicas, entre outros campos exploratórios que se fizeram importantes para a explanação do objeto da pesquisa. Consideramos a pesquisa teórica como de suma importância para compreendermos sobre o objeto de estudo em si e não ficarmos somente no achismo, pois, como salienta Minayo (2016, p. 19) “Uma pesquisa sem teoria corre o risco de ser uma simples opinião pessoal sobre a realidade observada”.

Conseqüentemente, da análise crítica realizada com o levantamento teórico, contextualizou-se o Transtorno do Espectro Autista, suas características e possibilidades de intervenções pedagógicas, assim como a função social e as abordagens dos profissionais da educação enquanto responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

À luz dos resultados da pesquisa teórica foi realizada uma pesquisa de campo, com a coleta de informações documentais junto à Secretaria Municipal de Educação para delimitar o campo de coleta de dados. De posse das informações preliminares realizamos coleta de dados para categorizar acerca de alguns dos desafios encontrados pelos profissionais da educação regular para efetivar a inclusão dos estudantes com TEA, além do seu processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa de campo é de extrema complexidade, pois necessita de conhecimento sobre o objeto de estudo para que, assim, consigamos preparar os questionários com as perguntas pertinentes e de forma objetiva, para que o pesquisado consiga interpretar e responder da melhor maneira, resultando assim, em melhores resultados. Como ressalta Minayo (2016):

Diferentemente da arte e da poesia que se baseiam na inspiração, a pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, mas se realiza fundamentalmente por um labor intelectual baseado em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos *Ciclo de pesquisa*, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações. (p. 25)

A pesquisa nunca terá um ponto final, pois a partir das respostas

encontradas, poderão surgir novas questões as quais poderão ser investigadas durante a continuação da mesma ou, poderá também, dar início a uma nova pesquisa, um novo objeto de estudo. A pesquisa é a arte da ciência que está o tempo todo em movimento e que tem características próprias de cada investigador/pesquisador.

Um único objeto de estudo pode ser alvo de vários pesquisadores, porém cada um trará em sua pesquisa os seus olhares, os seus pontos de vista, e com isso poderão ser encontrados resultados diferentes. Porém, toda pesquisa inicia-se com um problema ligado à vida de seu pesquisador. Minayo (2016) destaca que:

Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido em primeiro lugar, um problema da vida prática. (p.16)

Portanto, a presente pesquisa, procura responder a sua questão problematizadora, através da pesquisa teórica bibliográfica, seguida da pesquisa de campo e análise dos dados, instigada pela necessidade de entender os desafios encontrados pelos professores do município de Paula Freitas na inclusão dos alunos com TEA, onde recentemente faço parte do quadro de funcionários efetivos do referido município.

5.1 Tipo de estudo

O referido estudo baseia-se na pesquisa qualitativa, exploratória respaldada na pesquisa bibliográfica e de campo. A coleta de dados foi realizada nas escolas municipais do município de Paula Freitas - PR, com o objetivo de identificar alguns dos desafios enfrentados pelos professores que realizam práticas e processos formativos diretamente ligados aos alunos com TEA, matriculados e frequentes na sala comum e no atendimento educacional especializado (AEE) no ensino regular.

5.2 Participantes do estudo

A pesquisa de campo foi realizada após criteriosa seleção, reconhecimento e identificação dos professores que atuam diretamente com alunos com TEA em sala de aula comum e no apoio especializado.

Dessa forma, da totalidade pesquisada três (03) escolas com trinta e cinco (35) professores e três (3) diretoras, delimitada posteriormente para duas (02) escolas que atendem alunos com TEA, representadas por vinte e oito (28) profissionais das escolas da rede municipal, aqui caracterizados como respondentes da pesquisa, sendo vinte e seis (26) professores e duas (02) diretoras.

Em decorrência do quantitativo devolvido à pesquisadora foram organizadas as respostas e identificadas como foco específico da pesquisa: quatro (04) professores da sala comum, da rede regular do Ensino Fundamental I, nos anos iniciais do município de Paula Freitas/PR; três (03) professores (as) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atuam, sendo duas (02) professoras em contraturno nas salas de Recursos Multifuncionais diretamente com esses alunos e uma (01) como Professora de Apoio Educacional Especializado (PAEE) em colaboração com a professora regente em horário comum, bem como as duas (02) diretoras das respectivas instituições de ensino do município.

5.2.1 Critérios de inclusão e exclusão dos participantes

Como critério único de inclusão da pesquisa de campo os participantes precisariam atuar como professores da rede regular do Ensino Fundamental I do município de Paula Freitas - PR diretamente com estudantes público da Educação Especial na modalidade de TEA, seja na sala comum ou no atendimento especializado e as diretoras das instituições em que essas professoras atuam.

Como critérios de exclusão da pesquisa de campo foram as escolas da rede regular do Ensino Fundamental I do município de Paula Freitas - PR, os professores e diretoras que não possuísem alunos com TEA no ano letivo de 2023, além dos professores que não efetuassem a devolução dos questionários e/ou não aceitaram fazer parte da pesquisa.

5.3 Instrumentos e procedimentos de produção de dados

Como instrumento de produção de dados foram utilizados questionários semiestruturados na modalidade impressa (Apêndice I), os quais seguiram de reunião com apresentação às equipes gestoras da secretaria municipal e das escolas, e após esclarecimento e autorização foram entregues a cada instituição de

ensino do município de Paula Freitas para que fossem respondidos pelos professores e direção.

5.3.1 Questionário

Os questionários (Apêndice I) foram estruturados com perguntas objetivas e descritivas encaminhadas para 26 professores e duas diretoras das escolas municipais de ensino de Paula Freitas-PR, que representam a totalidade dos profissionais da área de educação da rede municipal que foram elencados nos critérios do recorte da pesquisa.

O instrumento de produção de dados com dezoito (18) questões referentes à formação dos professores permeou perguntas relacionadas à identificação das turmas de atendimentos aos alunos com TEA, das condições de encaminhamento para avaliação diagnóstica desses alunos à luz da compreensão acerca da legislação do autismo, conhecimento quanto ao processo de inclusão desses alunos, se estavam realmente ocorrendo, se havia apoio para o desenvolvimento do trabalho e, por fim, quais os desafios que esses professores enfrentam diariamente para efetivar o processo de inclusão dos alunos com TEA no ensino regular.

5.4 Apresentação e análise dos dados

Em decorrência do embasamento teórico realizado e da rigorosa tabulação dos dados produzidos foi possível categorizar qualitativamente os conteúdos apresentados pelos respondentes possibilitando a análise de alguns dos desafios e possibilidades encontrados no processo ensino e aprendizagem dos alunos com TEA mediados nas Salas de Recursos Multifuncionais do Ensino Fundamental I na rede municipal de Paula Freitas-PR.

6. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção buscamos identificar algumas possibilidades e desafios vivenciados por professoras e diretoras na busca da efetivação da educação em direitos humanos pelo processo de inclusão responsável dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de escolarização na rede municipal de Paula Freitas/ PR.

Respaldados pela produção de dados da Secretaria Municipal de Educação de Paula Freitas/PR, identificamos que o município pesquisado se originou no final do século XIX, na região denominada de “Estácios”, pela existência de um Porto Fluvial no Rio Iguçu, denominado de Porto dos Estácios em decorrência do primeiro morador da região Manoel Estácio de Paula.

Em 1905 foi inaugurada a estação ferroviária com o nome de Paula Freitas, em homenagem ao engenheiro civil, Dr. Antônio de Paula Freitas. Foi Colônia de Carazinho, depois “Distrito de Carazinho”. Depois de Vila de Paula Freitas, distrito de União da Vitória e criado o Município, em 08 de dezembro de 1964.

Atualmente, o município apresenta-se

[...] localizado na região sul do Estado do Paraná, micro região do Iguçu, jurisdicionado à Comarca de União da Vitória, com coordenadas de 26° 26' 15" da latitude sul e 51° 51' 20" de longitude oeste de Greenwich em relação ao meridiano central e linha do Equador.

4.2 – **Área** – A área do Município equivale a 431,887 km², corresponde a 0,2 % da área do Estado.

4.3 – **Limites**: Limita-se ao norte, nordeste e leste com o Município de Paulo Frontin, sudeste, sul e sudoeste com o Estado de Santa Catarina, (mareado pelo Rio Iguçu) e, oeste e noroeste com o Município de União da Vitória (Paula Freitas, 20024, online).

No âmbito educacional, entende-se que a rede municipal de ensino do município de Paula Freitas encontra-se organizada estruturalmente em três (03) instituições de Educação Infantil, denominados de CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) e três (03) escolas de Ensino Fundamental, foco desta investigação, sendo as seguintes:

Quadro 1. Demonstrativo das Escolas de Ensino Fundamental de Paula Freitas, Paraná:

--	--	--	--	--

ESCOLA	PROFESSORES	FUNCIÓNARIOS	ESTAGIARIOS	ALUNOS
ESCOLA MAURO DE OLIVEIRA CAVALLIN	18	07	04	207
ESCOLA PAULO IDER HERMANN	08	04	03	92
ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO	09	03	06	75
TOTAL	35	14	13	374

Fonte: Dados organizados pelo site oficial do município, 2023.

Dentre as escolas do município, elencamos duas (02) que foram foco da pesquisa, denominadas a partir daqui com escola A e escola B. Ressaltamos que uma escola na análise preliminar dos dados coletados não apresenta aluno com TEA matriculado. Dessa forma não continua como campo desta investigação.

Destacamos que as etapas seguintes abrangeram as duas maiores escolas municipais de Paula Freitas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Quadro 2. Mapeando as professoras da sala comum com alunos com TEA da rede municipal em Paula Freitas-PR.

ESCOLA	A		B	
	PROFESSORA 1	PROFESSORA 2	PROFESSORA 1	PROFESSORA 2
PROFESSORES DA SALA COMUM				
TURMA DE ATUAÇÃO	2º ano	3º ano	5º ano	1º ano
SUJEITO DE DIREITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1 aluno com laudo	1 aluno com laudo com professor PAEE	1 aluno com laudo	2 alunos em processo de investigação

INCLUSIVA				
FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS	Graduação (Pedagogia)	Magistério	Graduação (Pedagogia)	Graduação (Pedagogia)
	Pós-Graduação (Especialização em Psicopedagogia)	Graduação em curso (Pedagogia)	Pós-Graduação (Especialização Educação Infantil e Séries Iniciais)	Pós-Graduação (Especialização em Alfabetização e Letramento)

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

Os dados apresentados sinalizam o encaminhamento dos estudantes para avaliação mediante laudos médicos. Outra questão em destaque foi a constatação da ocorrência de atendimento especializado desde o início do processo de triagem com todos os alunos, mesmo com aqueles que não foram laudados. Em relação ao número de estudantes com TEA por turma, ressaltamos que existe baixa demanda de alunos com a especificidade, dessa forma, o planejamento e a mediação direta desses alunos apresentam condições favoráveis às professoras regentes.

Durante toda a pesquisa, mencionamos que a relevância da formação dos profissionais da educação para garantia do direito fundamental à educação para todos os alunos, incluindo os que apresentem o TEA. Todo professor precisa ter embasamento teórico e científico para que assim consiga atingir os objetivos esperados na educação dos alunos.

Quando não há formação dos profissionais de educação, o processo de inclusão desses alunos pode ocorrer de forma mais lenta do que o esperado, pois o processo de inclusão vai muito além do que apenas inserir o aluno dentro de sala de aula do ensino regular.

Identificamos ainda, na resposta à pesquisa, que a maioria dos profissionais da educação que estão diretamente ligados com os alunos autistas, de ambas as escolas, possuem pós-graduação, somente uma das professoras ainda se encontra em formação.

Quadro 3. Mapeando as professoras AEE das escolas com alunos com TEA da rede municipal em Paula Freitas-PR.

ESCOLA	A		B
	PROFESSORES DA AEE	PROFESSORA AEE	PROFESSORA PAEE

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL e PAEE			
TURMA DE ORIGEM EM CONTRA TURNO	2º ano e 3º ano	3º ano ¹	5º ano e 1º ano
SUJEITO DE DIREITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	1 aluno com laudo	1 aluno com laudo com professor PAEE	1 aluno com laudo
FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS	Graduação (não identificaram) Pós-Graduação (não identificaram)	Graduação (não identificaram) Pós-Graduação (não identificaram)	Graduação (não identificaram) Pós-Graduação (não identificaram)

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

Destacamos aqui que a legislação exige graduação e especialização em Educação Especial para assumirem como professoras do AEE (sala de recursos multifuncionais, contraturno da sala comum) e do PAEE (em sala de aula comum auxiliando o planejamento colaborativo) requisitos comprovados na investigação em tela.

Dessa maneira, garantir a educação inclusiva como direito constitucional, encontramos, no artigo 4, inciso III, da já citada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 o dever do Estado em ofertar e garantir que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento como também, altas habilidades ou superdotação, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na escola pública regular de ensino como serviços de apoio e recursos adequados à garantia do processo educativo”. Assim, menciona Miranda e Galvão Filho, (2012, p. 33) que a “inclusão é um processo complexo e está complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada.”

Dentre os segmentos responsáveis pela efetivação do direito subjetivo à educação, as equipes gestoras apresentam-se com papel fundamental no processo inclusivo. Dessa forma, na concepção das diretoras das escolas pesquisadas o

¹ A modalidade PAEE <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=696>

processo de inclusão dos estudantes com TEA ocorre em decorrência de algumas questões:

Quadro 4. O processo de inclusão da rede municipal de Paula Freitas-PR pelo olhar das diretoras.

Questões problematizadoras	Diretora da Escola A	Diretora da Escola B
Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com TEA na escola?	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação do currículo - Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula - Adaptação das atividades avaliativas - Professores especializados - Rede de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula - Adaptação das atividades avaliativas - Professores especializados - Rede de apoio
Qual apoio você encontra para realizar seu trabalho com os alunos autistas?	<ul style="list-style-type: none"> - Formação continuada - Professor AEE - Segundo Professor - Psicóloga - Outros (Fonoaudiólogo, Neuropediatra e Psicopedagoga). 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação continuada - Equipe de saúde - Psicóloga.
Com que frequência recebe apoio para desenvolver seu trabalho com os alunos autistas?	Diariamente	Mensalmente
Quais os desafios que você precisa enfrentar para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com TEA?	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação do currículo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de comunicação e apoio da família. - Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.
O que você acha que seria fundamental para que seu trabalho com os alunos autistas pudesse ser melhor desenvolvido, obtendo, assim, melhores resultados no desenvolvimento do aluno, além de facilitar seu trabalho como professor?	Professores preparados e dispostos a trabalhar com esse aluno. Também a interação entre a família e a escola, pois com esse vínculo é fundamental para o desenvolvimento da criança e facilita o trabalho do profissional.	Um segundo professor especializado e comprometido com a profissão e aprendizagem do aluno.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

Podemos observar pela compreensão das diretoras que a escola A conta com o apoio de apenas um segundo professor para auxiliar no trabalho com os alunos com TEA, e a escola B não conta com segundo professor, trazendo, assim, maiores desafios para a escola.

Além de estar previsto em Lei o direito ao aluno com TEA em ter um segundo professor (Lei nº12.764, 2012), ele faz-se de extrema importância para

auxiliar o professor regente em sala de aula, principalmente quando o trabalho é desenvolvido de forma colaborativa.

Contudo, mesmo a escola A tendo o auxílio de um segundo professor especializado, ainda assim sente dificuldades em adaptar o currículo para esses alunos, o que confirma nossa observância na importância da formação continuada e em serviço.

Ambas as diretoras sentem a necessidade de contarem com a formação especializada, tanto no desenvolvimento de seu trabalho, como da sua equipe. O processo formativo exige tempo e dedicação dos educadores, os diretores são essenciais nesse processo, pois são eles que direcionam toda a equipe de professores e funcionários, além de estarem em contato com todos os alunos da escola, podendo assim auxiliar a equipe pedagógica, a orientar os professores e outros profissionais da escola quanto às suas dúvidas e questionamentos em relação ao TEA. Além da falta de apoio e comunicação com a família, outro grande desafio que a escola B enfrenta é a demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.

Ressaltamos aqui que, mesmo sem um laudo, é de extrema importância que os professores estimulem seus alunos em suas necessidades e deem ênfase às suas potencialidades, porém o diagnóstico precoce é de fundamental para contribuir de maneira mais assertiva no desenvolvimento do aluno.

Quanto mais demora no processo de avaliação desse aluno, teremos menos condições de estimulá-los de maneira correta. Gaiato (2018, p. 59) ressalta que “Quanto mais cedo a criança for diagnosticada e iniciar o tratamento correto, melhores serão as possibilidades de desenvolvimento comportamental e neurológica.”

Quadro 5: O processo de inclusão da Rede Municipal de Paula Freitas-PR pelo olhar das professoras regentes da sala comum

Professor Regente	Escola A		Escola B	
	Professor 1	Professor 2	Professor 1	Professor 2
Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com TEA na escola?	Adaptação do currículo. Adaptação das metodologias aplicadas em sala	Adaptação do currículo. Adaptação das metodologias aplicadas em sala	Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula. Adaptação das	Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula.

	de aula. Adaptação das atividades avaliativas.	de aula. Adaptação das atividades avaliativas. Professores especializados Rede de apoio	atividades avaliativas.	
O seu estudante realiza as atividades propostas com autonomia?	Sim, através da escrita e oral.	Sim, está no nível alfabético, mas precisa de auxílio para organizar suas ideias.	Sim. Expressa-se oralmente; apresenta uma leitura lenta, mas compreensível; realiza registros escritos. Porém é necessário estimulá-lo constantemente na realização das atividades.	Tenho dois alunos que estão em processo de investigação; uma aluna realiza as atividades com autonomia, necessita de tempo maior, mas conclui as tarefas; o aluno realiza as atividades somente com auxílio e explicação individual.
Qual o nível de domínio de leitura e escrita que o estudante se encontra?	Encontra-se iniciando a escrita e leitura de palavras simples.	Nível ortográfico.	Apresenta leitura pausada, necessitando de auxílio em algumas palavras. Realiza registros e produz pequenos textos com ajuda em determinadas palavras e no uso da pontuação.	O aluno não identifica todas as letras, demonstra dificuldades para diferenciar letras de números. A aluna está lendo palavras simples e apresenta noção de escrita.
Você considera o desenvolvimento acadêmico/escolar satisfatório? Por quê?	Não, não acompanha a turma. (2º ano)	Sim está em processo de desenvolvimento.	Sim, porque está se desenvolvendo dentro de suas possibilidades e vem demonstrando melhora no decorrer do período letivo.	A aluna apresenta desenvolvimento satisfatório; o aluno apresenta desenvolvimento insatisfatório, acredito que a falta de atenção, concentração influencia nesse resultado.
Como você percebe a ação da família no processo de ensino e aprendizagem do estudante com TEA?	Não participativa, pois só comparece na escola quando solicitada.	Sempre que solicitado a família comparece a escola. Colabora nas atividades de casa.	Percebo a ajuda da mãe na realização das tarefas de casa e de trabalhos solicitados.	Não responderam

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

Na escola A há dois alunos com laudo de Transtorno do Espectro Autista, e na escola B, um aluno com laudo e dois alunos em processo de investigação, o que demonstra que as escolas estão comprometidas com os alunos e que os professores estão atentos e observando o desenvolvimento de seus alunos. A observação é a principal ferramenta do professor em sala de aula, exigindo, assim, a formação para que o professor também saiba o que observar em cada aluno. Cunha, (2020) afirma que:

A observação faz do professor um pesquisador, pois ele pode registrar o que vê, com a isenção de preconceitos. Certamente, a observação o levará a conhecer o educando, suas qualidades e, também, suas limitações. (p. 56)

Observamos, com o relato dos professores, que os alunos se expressam melhor oralmente e apresentam mais dificuldades na escrita, por isso, atentamos para a necessidade de o professor mais uma vez observar e fazer as adaptações necessárias para cada aluno, respeitando, assim, o desenvolvimento e as habilidades de cada um. Para Miranda e Galvão Filho (2012):

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. (p. 140)

Desse modo, os alunos sentem-se incluídos e melhoram o seu desempenho, demonstrando maior interesse na busca do conhecimento e na interação com a sociedade.

Quadro 6: As possibilidades e desafios para desenvolver o trabalho de inclusão dos alunos com TEA pelos olhares das professoras regentes.

Professor Regente	Escola A		Escola B	
	Professor 1	Professor 2	Professor 1	Professor 2
Qual apoio você encontra para realizar seu trabalho com os alunos autistas?	Formação continuada Professor AEE Segundo professor. Psicóloga.	Formação continuada Professor AEE Segundo professor Equipe da saúde. Psicóloga.	Formação continuada Outros (No início do ano, havia um estagiário na sala de aula para auxiliar o estudante, porém no momento não tem mais.	Formação continuada. Psicóloga.

Quais os desafios que você precisa enfrentar para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com TEA?	Adaptação do currículo Falta de formação continuada Falta de segundo professor formado Dificuldade de comunicação e apoio da família.	Falta de formação continuada Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.	Adaptação do currículo Falta de segundo professor formado Dificuldade de comunicação e apoio da família Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.	Não responderam
--	--	---	--	-----------------

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

Apesar de os professores contarem com a formação continuada, ela ocorre somente em alguns pequenos momentos durante o ano letivo. Com isso, os profissionais da educação sentem a falta de uma formação mais consistente e corriqueira durante a sua atuação. O processo de formação dos professores precisa ser constante durante toda a sua atuação na educação, pois a cada dia surgem novos desafios e os profissionais precisam estar aptos a encará-los. Como ressalta Miranda e Galvão Filho (2012):

Há, também, o reconhecimento de que o processo formativo não se esgota no momento inicial, sendo a formação continuada percebida como um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, com todos os alunos sob sua responsabilidade em classe regular e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente. (p. 36)

Além da falta de formação continuada, a falta do segundo professor e a dificuldade na comunicação e apoio da família são os principais desafios que os professores enfrentam no dia a dia para a real efetivação no processo de inclusão desses estudantes. O segundo professor, como já relatamos, é um direito dos alunos com TEA previsto na Lei nº 12.764/2012, porém, na maioria das vezes esse direito não é cumprido pelos órgãos públicos. Já o apoio e a comunicação da família com a escola são de extrema importância para o desenvolvimento dos alunos com TEA, principalmente dentro do ambiente escolar. Diaz, Bordas, Galvão e Miranda (2009) salientam que “Tem-se constatado que, quando os pais participam ativamente da educação dos filhos, esses tendem a render mais na escola, e seus progressos são maiores.” (p. 154).

Quadro 7: O processo de inclusão na rede municipal de Paula Freitas-PR pelo olhar das professoras PAEE e AEE das escolas pesquisadas.

AEE e PAEE	Escola A		Escola B
	PAEE	AEE	AEE
Como ocorre o processo de inclusão dos alunos com TEA na escola?	Adaptação do currículo. Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula. Adaptação das atividades avaliativas. Professores especializados. Rede de apoio.	Adaptação do currículo. Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula. Adaptação das atividades avaliativas. Professores especializados. Rede de apoio.	Adaptação do currículo. Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula. Professores especializados. Rede de apoio.
O seu estudante realiza as atividades propostas com autonomia?	Sim, precisa de auxílio em registros de frases e produção de texto. Em cálculos matemáticos e leitura é autônomo.	Estudante do 3º ano com repetência realiza leitura com compreensão mais limitada, possui excelente assimilação e compreensão dos conteúdos e é colaborativo com assuntos extras estudados. Tem resistência do registro o qual faz com lentidão e com auxílio, compreende a sonoridade.	Sim. Mas precisa de auxílio em várias atividades propostas. Registro escrito tem autonomia. Interpretação possuem falta autonomia por possuírem dificuldade de compreensão.
Qual o nível de domínio de leitura e escrita que o estudante se encontra?	Lê e interpreta satisfatoriamente. Registro - necessita de auxílio.	Estudante do 2º ano realiza leitura silabada, é resistente ao registro e principalmente as regras, necessita de rotina e estímulos diferenciados. Tem os momentos de "birra", toma medicamento (TDAH).	Leem corretamente. Não têm dificuldade na leitura.
Você considera o desenvolvimento acadêmico/escolar satisfatório? Por quê?	Sim, está evoluindo na aprendizagem.	Os estímulos acadêmicos são proporcionados de acordo, em um dos casos poderia ser melhor se a família colaborasse com as necessidades com as regras, limites e orientações dentro do diagnóstico.	Sim. Pela evolução na aprendizagem, mesmo que seja dentro dos seus próprios limites.
Como você percebe a ação da família no processo de ensino e aprendizagem do	A família é de grande importância na aprendizagem do aluno, sempre que	Fundamental. Os dois casos que temos comprova essa eficácia no desenvolvimento	Reconhecem as dificuldades dos seus filhos e auxiliam dentro da medida do possível,

estudante com TEA?	solicitada vem à escola e apoia nas atividades de casa.	dessa criança. A família que segue orientações e normas a superação no aprendizado é visível.	mas não na quantidade de auxílio que necessitam.
--------------------	---	---	--

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

O trabalho dos professores PAEE e AEE junto aos professores da sala regular de ensino faz-se de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico dos alunos com TEA. A comunicação diária entre esses professores é essencial para a efetivação da inclusão desses alunos, pois os professores especializados devem trabalhar em conjunto com os professores da sala regular para que assim atinjam seus alunos da melhor forma possível, desenvolvendo as suas potencialidades e superando as suas dificuldades.

Capellini e Zerbato (2022) afirmam que “O Ensino Colaborativo envolve um trabalho de parceria em sala de aula entre professor de Ensino Comum e professor de Educação Especial.” (p.35) Portanto, os mesmos precisam trabalhar em sincronia para atingir os objetivos e superar as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia.

Percebemos que a inclusão dos alunos com TEA está ocorrendo de forma significativa quando os professores mencionam que os alunos apresentam evolução no seu desenvolvimento, levando em consideração os limites de cada estudante. Além disso, percebemos mais uma vez a importância do apoio da família nesse processo tão significativo na vida dos alunos com TEA.

Quadro 8. As possibilidades e desafios para desenvolver o trabalho de inclusão dos alunos com TEA pelos olhares das professoras AEE e PAEE

AEE e PAEE	Escola A		Escola B
	PAEE	AEE	AEE
Qual apoio você encontra para realizar seu trabalho com os alunos autistas?	Formação continuada. Formação em serviço. Equipe de saúde. Psicóloga.	Formação continuada. Psicóloga. Outros (Iniciativa própria com cursos e formação online).	Formação continuada. Psicóloga. Outros (Equipe pedagógica).
Quais os desafios que você precisa enfrentar para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com TEA?	Falta de material pedagógico adaptado. Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.	Adaptação de currículo. Falta de material pedagógico adaptado. Falta de diálogo entre a equipe colaborativa. Falta de formação continuada. Falta de segundo	Falta de formação continuada. Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.

		professor formado. Dificuldade de comunicação entre família e escola.	
O que você acha que seria fundamental para que seu trabalho com os alunos autistas pudesse ser melhor desenvolvido?	Não é o meu caso com aluno autista que sou PAEE, mas percebo que não somente com autistas, mas com alunos que tem outras dificuldades sendo que professores regentes não entendem ou não querem entender que alunos especiais precisam de flexibilização, tempo maior para aprendizagem e avaliação.	Parceria com a família; Material pedagógico adaptado; Integração geral da escola, conhecendo e trabalhando junto. Não é só o professor do aluno autista que deve ter formação, atualmente todos os profissionais necessitam atualizar-se dentro das necessidades educacionais especiais.	Mais conscientização dos professores do Ensino Regular, para quando houver necessidade de adaptação curricular em determinadas disciplinas, que realmente fossem realizadas. Um olhar mais diferenciado dentro das especificidades em relação a aprendizagem de cada aluno.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora, 2023.

A falta de formação adequada às reais demandas do atendimento especializado apresenta-se como um dos principais desafios enfrentados pelos professores para desenvolver a inclusão dos alunos com TEA na escola regular, onde os professores AEE sentem a necessidade de um olhar diferenciado a esses alunos pelos professores das turmas regulares.

Miranda e Galvão Filho (2012) ressaltam que:

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência dessa formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo. (p.140)

Outro grande desafio enfrentado pelos professores é a falta de material adaptado para desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos com TEA. Porém, salientamos que, quando não temos acesso ao material adaptado pela falta de aquisição da escola, pode-se construir os seus próprios materiais, na medida do possível, para que assim o trabalho se torne mais significativo para o aluno. Miranda e Galvão Filho (2012) ressaltam que:

É na sala de recursos multifuncional que o aluno aprende a utilizar recursos de TA, tendo em vista o desenvolvimento da sua autonomia. Porém, estes recursos não podem ser exclusivamente utilizados nessa sala, encontra

sentido quando o aluno utiliza essa tecnologia no contexto escolar comum, apoiando a sua escolarização. Portanto, é função da sala de recursos avaliar esta TA, adaptar material e encaminhar esses recursos e materiais adaptados, para que sirvam ao aluno na sala de aula comum, junto com a família e nos demais espaços que frequenta. (p. 249)

Diante dessa abordagem, Capellini e Zerbato (2022) afirmam que “Uma escola inclusiva, portanto, deve pensar em recursos e metodologias variadas e acessíveis para o cumprimento dos objetivos escolares e o êxito na formação de cada estudante” (p. 22). Por isso, a formação continuada, a comunicação entre todos os profissionais da escola e a família precisam caminhar juntas para atingir os objetivos de uma educação inclusiva de qualidade aos alunos com TEA no ensino regular.

Com a aplicação dos questionários impressos e análise dos dados obtidos, nesta seção foram apresentadas as condições e possibilidades reais dos professores de Paula Freitas - PR acerca do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA e foram sinalizados alguns dos desafios vivenciados pelos docentes para a efetivação desse processo.

Percebemos a importância da formação continuada e do apoio da família para que o processo de inclusão transcorra de forma efetiva na rede regular de ensino deste município. Esse apoio seria de extrema importância para sanar os desafios que os profissionais da educação enfrentam diariamente em busca de uma educação de qualidade para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA do município de Paula Freitas-PR.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos no Transtorno do Espectro Autista, na maioria das vezes não pensamos no tempo em que o mesmo levou para ser reconhecido, estudado e diagnosticado em pessoas que muitas vezes eram rotulados como sem limites, antissociais, entre tantos outros que além de não contribuir em nada com a formação do indivíduo, acabavam atrapalhando ainda mais o seu desenvolvimento.

Através dessa pesquisa podemos perceber que, embora as pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA tenham conseguido conquistar inúmeros direitos através das Leis, Diretrizes e documentos norteadores durante os últimos anos, os mesmos ainda enfrentam a luta para que esses direitos sejam realmente cumpridos conforme a legislação determina.

Ao analisarmos os dados da pesquisa chegamos à conclusão de que ainda há muito para se fazer em relação ao cumprimento das legislações e precisamos lutar para que isso ocorra de forma significativa, para que assim possamos atingir melhores resultados no desenvolvimento de nossos alunos com TEA. De três alunos autistas com laudos nas duas escolas pesquisadas apenas um deles possui professor acompanhante diário, os outros dois alunos não têm esse apoio, o que acaba dificultando ainda mais na aprendizagem dos estudantes, assim como sobrecarregando os professores das turmas regulares.

Além de os professores não terem o suporte do professor PAEE, ainda relatam como principal desafio a falta de formação continuada, a qual se faz de extrema importância na educação, pois a todo momento estamos recebendo em nossas escolas novos desafios com os quais precisamos estar preparados para enfrentar e desenvolver da melhor forma possível.

Para que as escolas consigam, de fato, acolher os alunos com TEA de forma inclusiva, toda a equipe de profissionais precisa estar preparada para desenvolver o seu trabalho, pois de nada adianta inserimos os alunos com TEA dentro das salas de aulas do ensino regular e não conseguirmos desenvolver suas potencialidades e suprir as suas necessidades por falta de conhecimento e informação, a qual deveria ser contínua em toda a rede de ensino.

Contamos, também, na escola B com dois alunos em processo de investigação. Porém, há muita demora nesse processo, conforme relatos dos professores e diretores. Diante da demora no processo de avaliação e investigação

desses alunos, os professores ficam à mercê de como exatamente desenvolver nesses alunos as suas potencialidades e tentar superar as suas dificuldades.

O diagnóstico, quanto mais precocemente for realizado, mais chances terá de contribuir para o desenvolvimento de forma correta e assertiva, assim como auxiliará aos profissionais da educação a desenvolver esse aluno conforme a suas reais necessidades, bem como na busca da garantia dos direitos.

Outro grande desafio que os professores enfrentam diariamente para desenvolver o trabalho de inclusão com os alunos com TEA é a falta de comunicação e apoio da família. Percebemos, em vários momentos, os professores relatando que o apoio da família se torna indispensável no desenvolvimento do educando, e que sentem falta do apoio dos mesmos. Uma das professoras ainda relatou que é visível a diferença no desenvolvimento do aluno que recebe apoio da família e o que infelizmente não recebe.

Sentimos, aqui, a necessidade de uma rede de apoio para com essas famílias, pois muitas delas não têm conhecimento sobre o assunto, sentem vergonha de ter um filho com laudo de Transtorno do Espectro Autista - TEA, ou ainda não aceitam o diagnóstico. Com isso, acabam deixando de lado as várias maneiras de ajudar seu filho a melhor se desenvolver, deixando de levá-los a terapias e auxiliando-os da melhor forma em casa.

Diante disso, percebemos a importância de dar continuidade a essa pesquisa, porém voltando o olhar para as famílias desses educandos, para observarmos quais são as suas dúvidas, inseguranças e os desafios enfrentados diariamente para auxiliar no desenvolvimento de seus filhos para que assim eles consigam ter uma vida funcional na sociedade em que vivemos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 12/04/2023.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 23/06/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em 20/07/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 25/08/2023.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em 07/05/2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 23/06/2023.

BRASIL. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5** Disponível em <https://institutoinclusaobrasil.com.br/dsm-5-tr-e-cid-11-diagnostico-de-transtorno-do-espectro-autista/> Acesso em: 14/07/2023.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo?** 2. ed. - São Paulo: Edicon, 2022.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: Experiências no ensino regular**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

CUNHA, E. **AUTISMO NA ESCOLA: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar - ideias e práticas pedagógicas**. 6º ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

DÍAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** - Salvador: EDUFBA, 2009.

GAIATO, M. **S.O.S. autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo: nVersos, 2018.

GAIATO, M.; TEIXEIRA, G. **Rezinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/> Acesso em 14/07/2023.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> Acesso em: 29/07/2023.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Formação, práticas e lugares**. - Salvador: EDUFBA, 2012.

MONTE, F. R. F.; SANTOS, I. B. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo / coordenação geral** - - Reimpressão. - Brasília: MEC, SEESP, 2004.

PARANÁ. **Transtornos Globais do Desenvolvimento - Formas de atendimento**. Seed s/d

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=696>. Acesso em nov.2023.

PAULA FREITAS. **Dados da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município**. <http://paulafreitas.pr.gov.br/site/sec-educacao-2/> Acesso em: 16/10/2023.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum** [et.al.]. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010 Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16/10/2023.

SANTOS, A. S. **O Trabalho Colaborativo Entre o Professor Especialista e o Professor das Disciplinas – O Fortalecimento das Políticas Públicas para Educação Especial no Paraná** Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/trabalho_colaborativo_professor_especialista_disciplinas.pdf Acesso em: 10/08/2023.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, 1990. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por Acesso em: 05/06/2023.

APÊNDICE 1**QUESTIONÁRIO**

1- Qual é a sua formação?

- Magistério
 Ensino superior incompleto
 Superior completo _____
 Pós graduação _____
 Cursando _____

2- Você tem aluno com Transtorno do Espectro Autista (com laudo) nesse ano de 2023?

- Sim. Quantos? _____
 Não (caso não tenha alunos com TEA este ano não precisa continuar a responder a pesquisa. Agradecemos a participação!)

3- Além desses alunos com laudo, tem alunos em processo de investigação?

- Sim, quantos? _____
 Não.

4- Quantos estudantes com TEA já ensinou durante a sua carreira?

5- Qual o tipo de contato que você tem com esses alunos?

- Professor Regente - ano/turma _____
 Professor AEE
 Segundo professor - ano/turma _____
 Diretora

6- Como ocorre o processo de inclusão desses alunos em sua escola?
(Assinalar quantas forem necessárias)

- Adaptação de currículo.
 Adaptação das metodologias aplicadas em sala de aula
 Adaptação das atividades avaliativas
 Adaptação estrutural da instituição de ensino e ou da sala de aula do aluno.
 Professores especializados
 Rede de apoio (Equipe gestora, psicólogos, familiares, médicos, etc.)

7- O seu estudante realiza as atividades propostas com autonomia, sim ou não?
Em caso afirmativo, de que forma? (Registro oral, leitor, escrito). Em caso negativo, o que você faz?

8- Qual é o nível de domínio da leitura e escrita em que o estudante se encontra?

9- Você considera o desenvolvimento acadêmico/escolar do estudante satisfatório? Por quê?

10-Como você percebe a ação da família no processo de aprendizagem do estudante com TEA?

11-Você já teve contato com as Leis Berenice Piana, Lei nº 12.764/12 e a Lei brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/15?

- () Sim, na minha formação inicial.
- () Sim, na minha formação continuada.
- () Sim, na minha formação em serviço.
- () Não, nunca tive contato com essas Leis.

12-Você conhece a **Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea)**, a qual visa garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social e a **fita quebra-cabeça**, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, a qual visa identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista?

- () Sim, conheço os dois.
- () Não, nunca ouvi falar sobre isso.
- () Conheço somente um deles. Qual? _____

13-Qual o apoio que você encontra para realizar o seu trabalho com os alunos autistas? (Assinalar quantas forem necessárias)

- Formação continuada
 - Formação em serviço
 - Professor AEE
 - Segundo professor
 - Equipe da saúde
 - Psicóloga
 - Outros. Quais? _____
-

14-Com que frequência você recebe apoio para desenvolver seu trabalho com os alunos autistas?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- No início de cada semestre
- Somente no início do ano letivo
- Não recebo nenhum tipo de apoio

15-Quais os desafios você precisa enfrentar para a efetivação do processo de inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista - TEA?

(Assinalar quantas forem necessárias)

- Adaptação de currículo
- Falta de material pedagógico adaptado
- Falta de diálogo entre a equipe colaborativa
- Falta de formação continuada
- Falta de segundo professor formado
- Dificuldade em se comunicar com o aluno
- Dificuldade de comunicação e apoio da família
- Demora no processo de avaliação dos alunos em investigação.

16-Que tipo de formação inicial e continuada você considera importante para fomentar o processo de inclusão dos estudantes com TEA no ensino fundamental I?

17-O que você acha que seria fundamental para que seu trabalho com os alunos autistas pudesse ser melhor desenvolvido, obtendo, assim, melhores resultados no desenvolvimento do aluno, além de facilitar seu trabalho como professor?

R:
